ParlAmericas

Encontro anual organizado pelo Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas:

Plano de Ação para Prevenção do Assédio Político e Violência contra a Mulher

BUENOS AIRES E TERMAS DE RÍO HONDO, ARGENTINA

11-14 DE JUNHO DE 2015

Relatório escrito por: Lisane Thirsk | *Design e layout:* Lisa Temes | *Fotografias:* Cristian León y Enrique Sevilla

Índice

4 Agradecimentos

5 Uma mensagem da Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas

6 Sobre o ParlAmericas

7 Sobre o Encontro anual organizado pelo Grupo de Mulheres Parlamentares

8 O que é o assédio político?

9 Inauguração em Buenos Aires

11 Boas Vindas ao Termas do Río Hondo, Santiago del Estero

12 Conferência Principal sobre a Lei Boliviana 243

13 Relatórios de progresso da Delegação

14 Mulheres e política nas Américas: Uma apresentação por Irune Aguirrezabal da Mulheres da ONU

- 15 O bom e o ruim
- 15 Uma teoria para a mudança: Rumo a democracia paritária

17 Fixando os debates: Um intercâmbio com grupos mulheres de locais

19 Prevenir o assédio político: perspectivas parlamentares

- 19 Antecedentes sobre as lutas para superar o assédio político
- 20 Conscientização e coordenação dentro e fora do parlamento
- 22 Solidariedade suprapartidária entre mulheres no parlamento
- 24 Discussão plenária

24 Desenvolvimento de soluções: sessão de grupo de trabalho

- 25 Compromissos: acabar com a violência política e fortalecer a rede ParlAmericas para a igualdade de gênero

26 Promessa de compromisso com o movimento *HeForShe* da ONU Mulheres

28 Encerramento

29 Nas palavras dos delegados

30 Anexos

- 30 Plano de Ação para prevenção do assédio político e violência contra as mulheres
- 32 Plano Estratégico do Grupo de Mulheres Parlamentares, 2014-2015
- 33 Participantes

Agradecimentos

O ParlAmericas estende seus mais profundos agradecimentos a **Aída Ruiz**, Membro da Câmara dos Deputados da Argentina, por sua visão e compromisso para sediar esta reunião. Agradecemos à Governadora **Claudia Ledesma Abdala** e o **Governo da província de Santiago del Estero** - e, em particular, à Subsecretaria de Turismo - pelo seu inestimável apoio. Estamos, além disso gratos às várias equipes e fornecedores de Buenos Aires e Santiago del Estero que tornaram este encontro possível.

Enormes agradecimentos são devidos a **Keila González**, Diretora Residente do NDI, no México, por facilitar novamente o encontro este ano e às muitas outras maneiras que ela adicionou para seu sucesso. Agradecemos também **Irune Aguirrezabal** do Escritório Regional da ONU Mulheres na Cidade do Panamá por suas importantes contribuições para o programa da reunião, incluindo a campanha *HeForShe*. A **Comissão Interamericana de Mulheres**, da Organização dos Estados Americanos criou um vídeo informativo e realizou comentários sobre o Plano de Ação da reunião.

Expressamos nossos agradecimentos a todos os **palestrantes, conferencistas e delegados** convidados por sua participação ativa e bem planejada, bem como aos parlamentares que participaram virtualmente da reunião.

Finalmente, o ParlAmericas reconhece e agradece o apoio financeiro do **Departamento de Relações Exteriores, Comércio e Desenvolvimento do Governo do Canadá**.

NDI

Foreign Affairs, Trade and Development Canada | Affaires étrangères, Commerce et Développement Canada

SANTIAGO
Gobierno de la Provincia de Santiago del Estero
Seguimos creciendo

HeForShe

Uma mensagem da Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas

Caras colegas,

Independentemente dos variados contextos culturais e políticos que navegamos, como mulheres, experimentamos a política de forma diferente - e muitas vezes negativamente. Um dos principais obstáculos ao fortalecimento das mulheres na esfera política é o assédio e a violência. Embora o termo "assédio político" seja raramente divulgado no cotidiano, é claro que as mulheres estão sujeitas à violência, onde a diferença de gênero é maior, como na arena competitiva da política parlamentar. Percorremos um longo caminho na luta pela igualdade, mas mulheres politicamente ambiciosas ainda são vistas como uma ameaça para muitos homens.

Em junho, legisladores de todo o continente se reuniram para discutir a urgência de sanções legais e reformas eleitorais para enfrentar o assédio político. Mais importante, eles discutiram como evitá-lo em primeiro lugar, examinar as causas subjacentes à discriminação de gênero e como ela é reproduzida em nossas sociedades. Através destes intercâmbios promovidos pelo ParlAmericas, descobrimos lutas comuns e desenvolvemos novas ideias para colocar diante de nossos corpos legislativos.

Por mais de uma década, nosso Grupo de Mulheres Parlamentares realizou este tipo de trabalho para revitalizar as legislaturas da nossa região em favor dos direitos humanos e fazer com que nossos membros - homens e mulheres - campeões da igualdade de gênero. Acreditamos que os homens no poder devem compartilhar a responsabilidade de criar mais e melhores espaços para a tomada de decisão das mulheres, e que eles devem responder significativamente às preocupações políticas das mulheres.

Enquanto eu, infelizmente, não pude comparecer à reunião pessoalmente, a mensagem que ressoou claramente, de longe, foi a de que estamos prontos para coordenar esforços para combater o assédio político. O caminho a seguir é o nosso plano de ação e apoio de um para com o outro no cumprimento dos compromissos assumidos. Convido-lhes a circular este relatório e os recursos no site do ParlAmericas entre seus colegas, e continuar a compartilhar conosco os progressos realizados para erradicar a violência baseada no gênero.

A política precisa da participação integral e autônoma das mulheres. Os problemas que enfrentam nossos países e a região em geral exigem novas perspectivas, liderança e soluções ousadas, que as mulheres são capazes de trazer.

Atenciosamente,

Jennifer Simons

Presidenta da Assembleia Nacional do Suriname

Sobre o ParlAmericas

ParlAmericas – a Rede das legislaturas nacionais dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) - serve como um **fórum independente para os parlamentares** das Américas dedicadas ao diálogo político de cooperação e participação no Sistema Interamericano. Desde 2001, o ParlAmericas criou uma **comunidade profissional** de suporte para os parlamentares através de fóruns regionais, oportunidades de formação, discussões durante todo o ano, e ações de acompanhamento. O ParlAmericas é um espaço para compartilhar experiências e melhores práticas sobre questões de interesse hemisférico e reforçar os laços entre os países do Hemisfério por meio da diplomacia parlamentar.

O ParlAmericas é administrado por parlamentares para parlamentares, com um atual Conselho de Administração que representa 16 membros de legislaturas da América do Sul, do Norte, Central e do Caribe.

Sobre o Encontro anual organizado pelo Grupo de Mulheres Parlamentares

O encontro anual deste ano, organizado pelo Grupo de Mulheres Parlamentares reuniu mais de 75 participantes, incluindo parlamentares, ex-parlamentares, ativistas da sociedade civil e outras partes interessadas da Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Jamaica, México, Nicarágua e Panamá (consulte o índice para ver a lista de participantes). O tema central deste encontro, intitulado Plano de Ação para a prevenção do assédio político e Violência contra a Mulher, foi selecionado após perseguição política surgiu como uma das principais preocupações na sessão de planejamento estratégico realizada durante o encontro de 2014 do Grupo (consulte o índice para ver o plano estratégico).

> "A questão persistente de perseguição política contra as mulheres é uma barreira e um problema que deve ser urgentemente erradicado. Este é um imperativo, se quisermos progredir no sentido de exercer todos os nossos direitos políticos e fazer a ponte para que outras mulheres também possam fazê-lo. Esta é a nossa tarefa para o momento histórico em que estamos vivendo atualmente.
>
> MARCELA GUERRA,
> Presidenta do ParlAmericas e
> anfitriã do encontro de 2014

O Grupo de Mulheres Parlamentares é um grupo de trabalho permanente do ParlAmericas. Desde 2003, tem promovido o respeito pelos direitos humanos das mulheres e a inclusão do tema gênero nas agendas legislativas dos parlamentos membros. O Grupo oferece espaços interparlamentares para a troca de conhecimento a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero, e suas atividades fortalecem as capacidades políticas de mulheres e homens parlamentares comprometidos com o avanço da emancipação das mulheres.

O que é o assédio político?

Perseguição política, uma forma de violência de gênero cometida contra pessoas ativas na vida pública e política, é uma barreira fundamental à participação das mulheres na tomada de decisão. Esta violência reforça papéis tradicionais de gênero e estruturas políticas dominadas pelos homens, e isso prejudica a qualidade da democracia e o desenvolvimento e direitos humanos. Dos municípios aos parlamentos nacionais, o assédio político ou violência é um problema generalizado ainda sob análise.

Exemplos de violência política:

- Pressionar ou forçar as mulheres a renunciar ao cargo eleito
- Atos de violência sexual, física ou psicológica contra as mulheres ativas na política
- Abuso politicamente motivado de autoridade sobre as mulheres profissionais em cargos públicos
- Ameaçar a segurança das famílias de líderes políticos do sexo feminino
- Calúnia e difamação, especialmente de natureza sexual
- Feminicídio de líderes políticos do sexo feminino

Em maio de 2012, a Bolívia passou a Lei contra a perseguição política e Violência contra a Mulher, resultado de mais de uma década de advocacia por grupos de mulheres líderes políticos. Esta legislação inovadora tem sido influente na elaboração de projetos de lei em outros países da região das Américas.

A LEI BOLIVIANA 243 DEFINE:

Assédio político: Um ato ou conjunto de atos de pressão, perseguição, assédio ou ameaças cometidas por uma pessoa ou um grupo de pessoas, diretamente ou através de terceiros, contra mulheres que são candidatas, eleitas, designadas ou exerçam um papel público/político ou contra suas famílias, com o objetivo de reduzir, suspender, impedir ou restringir as funções inerentes às suas posições, para induzir ou obrigá-las a realizar, contra sua vontade, um ato ou omissão no exercício das suas funções ou no exercício das seus direitos.

Violência política: Ações físicas, psicológicas ou sexuais, conduta e/ou agressão cometida por uma pessoa ou um grupo de pessoas, diretamente ou através de terceiros, contra mulheres que são candidatas, eleitas, designadas ou que exerçam um papel público/político, ou contra suas famílias, com o objetivo de reduzir, suspender, impedir ou restringir o exercício de seu cargo ou para induzir ou obrigá-las a realizar, contra sua vontade, um ato ou omissão no exercício de suas funções ou no exercício dos seus direitos.

Para mais informações, incluindo quadros jurídicos, estudos e videos, visite o site do ParlAmericas..

Inauguração em Buenos Aires

11 de junho de 2015

A inauguração oficial do encontro foi realizada no Congresso Nacional da Argentina e contou com as palavras de boas-vindas da Membro da Câmara dos Deputados da Argentina **Aída Ruiz** (anfitriã do encontro); da senadora do México **Marcela Guerra** (Presidenta da ParlAmericas); da membro da Câmara dos Deputados do Chile **Claudia Nogueira** (Vice-Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares); e da membro da Câmara dos Deputados da Argentina **Juliana Di Tullio** (chefe do Bloco do Partido Frente para la Victoria).

“O debate sobre a paridade [de representação] é uma evidência de que os cidadãos não são neutros, que a cidadania é construída a partir de modelos masculinos e que o acesso à representação ocorre dentro de um contexto sexualizado fomentando a exclusão estrutural - não acidental - das mulheres. A violência política contra as mulheres traz à luz essa tensão de uma ordem hegemônica das coisas conflitantes com uma nova ordem subjacente. Como expressão dessa nova ordem, estamos realizando este evento em um país com uma mulher presidente e em uma província que também é governada por uma mulher.

- AÍDA RUIZ

“Ao lidar com uma questão tão sensível como o assédio e a violência política, a legislação é insuficiente. A ação é o que é necessário para banir esta aflição do mundo político. Essa ação é o que nos convocou à Argentina, já que, como vocês sabem, durante este encontro estaremos discutindo um Plano de Ação com cinco pontos concretos que, além de orientar nossas tarefas legislativas, também serão de grande utilidade para transformar inteiramente a arena política de nossas sociedades.

- MARCELA GUERRA

“Em um mundo dominado por homens, existem altos custos associados com a elevação de nossas vozes e a realização de papéis ativos na política. Mas nossos esforços vêm com grandes recompensas, uma vez que as instituições democráticas se beneficiam da tomada de decisões de um setor importante e representativo da sociedade. Não devemos esquecer que o eleitorado é composto por um grande número de mulheres de muitas esferas, que enfrentam problemas semelhantes, mas também aqueles distintos. Isso enriquece nossas discussões sobre as questões legislativas.

- CLAUDIA NOGUEIRA

“Sabemos mais do que ninguém: que a mídia é a esfera mais oportuna para mulheres que exercem um papel político ... [serem] desacreditada em razão de nosso discurso e ação política, e em nosso papel como mulheres. A Presidente da República ... tem sido vítima ... de desqualificação permanente e de contínua violência.... Erradicar [essa violência] não depende apenas de nós e de nossa legislação, mas sim de uma mudança cultural muito mais profunda. Sabemos que essa mudança cultural é difícil, mas requer nosso compromisso pessoal.

- JULIANA DI TULLIO

Boas Vindas ao Termas do Río Hondo, Santiago del Estero

12 de junho de 2015

O programa do primeiro dia iniciou-se com a chegada dos delegados na cidade de Termas de Río Hondo, onde a **governadora da província de Santiago del Estero, Claudia Ledesma Abdala**, lhes deu as boas-vindas.

"Como mulher, eu gostaria de sublinhar a importância do tema que nos reúne hoje: a prevenção do assédio político contra as mulheres. Isto implicará em enfrentar grandes desafios e mostrar grande empenho. É muito importante que sejamos capazes de dialogar e trocar experiências, colaborar em todo o continente a partir de diferentes lugares onde realizamos nossas funções parlamentares. Acho que não só devemos abordar este tema do ponto de vista do gênero, mas também abordá-lo como o alicerce fundamental da democracia e dos direitos humanos.

- CLAUDIA LEDESMA

Conferência Principal sobre a Lei Boliviana 243

Em seu discurso, a ex-parlamentar **Ingrid Zabala** forneceu um olhar dos bastidores da Lei Boliviana 243 e os esforços persistentes que levaram sua passagem histórica em 2012. Ela descreveu algumas das circunstâncias favoráveis que ajudaram a mobilizar o apoio para o projeto de lei, tal como um clima político de inclusão social, e a representação rapidamente crescente de mulheres no parlamento. A Sra. Zavala observou, no entanto, que os defensores da lei foram inicialmente confrontados com uma forte resistência generalizada a partir de colegas legisladores. Entre as reivindicações preliminares estavam que tal lei era desnecessária, e que criminalizar a violência política contra a mulher seria discriminatório para os homens. A Sra. Zabala descreveu as estratégias que ela empregou para estender o debate do projeto de lei na câmara inferior e o impacto positivo de alianças com as mulheres na oposição, além de membros de seu próprio partido.

Nos meses e anos que antecederam a aprovação da lei, seus apoiadores no parlamento trabalharam ao lado de incansáveis grupos feministas que ajudaram a aumentar a conscientização em todo o país. Entre os primeiros defensores estava a ACOBOL, ou a Associação de Mulheres Conselheiras da Bolívia. A ACOBOL também liderou os esforços para documentar centenas de ocorrências de assédio político. Embora mais de 400 queixas formais tivessem sido arquivadas, Sra. Zavala observou que a mudança fundamental na opinião pública e posições políticas somente ocorreram após a morte trágica de duas vereadoras.

> "Como uma reação à perda do poder político absoluto pela sociedade patriarcal ... várias novas formas de violência surgiram, incluindo o assédio político ... Queremos acabar com as mortes de mulheres que se inserem em espaços públicos.
>
> - INGRID ZABALA

A Sra. Zabala observou que vários desafios permanece com relação à efetiva implementação da Lei 243. Por exemplo, um conjunto de regulamentos relativos à referida lei ainda têm de ser aprovados, e o acompanhamento sistemático de centenas de queixas está também pendente. Uma maior participação dos aliados do sexo masculino também é essencial para acelerar o progresso em direção à meta de erradicar a perseguição política, e, finalmente, ela ressaltou a importância de colaborar com outros parlamentos

1 Em 2012, os Presidentes do Senado e Câmara dos Deputados da Bolívia eram mulheres. Os ajustes, a quota e as leis eleitorais resultaram em uma composição atual de 50,8% de mulheres na Câmara dos Deputados e 44,4% de mulheres no Senado.

e atores internacionais para melhor coordenar o trabalho nesta área.

Antes de concluir, a Sra. Zabala apresentou o Plano de Ação do ParlAmericas, o principal documento de trabalho da reunião. O documento descreve práticas promissoras correspondentes a cinco áreas de atividade.

1. Aplicar abordagens multissetoriais para a prevenção do assédio político/violência baseada no gênero
2. Envolver os homens no fortalecimento das mulheres na política em todos os níveis
3. Fazer com que os partidos políticos se responsabilizem pela igualdade de gênero
4. Criar um ambiente favorável a levantar a questão do assédio político/violência para o debate público e parlamentar
5. Apresentar políticas, projetos de lei ou reformas sobre o assédio político/violência, e uma vez aprovada assegurar o cumprimento pelas instituições correspondentes

Veja o apêndice para o texto completo sobre "A prevenção do assédio político e a Violência contra as Mulheres: Um Plano de Ação para Parlamentares".

Relatórios de progresso da Delegação

Após a conferência principal, um representante de cada parlamento presente no encontro expôs ao Grupo novidades ocorridas no no ano anterior, em seus países, relativas ao tema sobre a igualdade de gênero. Seus relatórios centraram no trabalho legislativo realizado sobre as três áreas prioritárias identificadas no planejamento estratégico na reunião anterior: **prevenção da violência contra as mulheres, o trabalho das mulheres e o fortalecimento económico e liderança política das mulheres**.

NAS PALAVRAS DOS DELEGADOS

"Refletindo sobre a questão... Por que precisamos de mulheres na política? Eu nunca [fui perguntada], por que precisamos de homens na política? Estamos sempre fazendo esses tipos de perguntas sobre as mulheres. A verdade é que os parlamentos devem refletir sobre a composição da cidadania. E isso não está acontecendo.

- MAYA FERNÁNDEZ ALLENDE (CHILE)

Mulheres e política nas Américas: Uma apresentação por Irune Aguirrezabal da ONU Mulheres

13 de junho de 2015

Para abrir o segundo dia do encontro, **Irune Aguirrezabal** detalhou a abordagem estratégica para a capacitação política e fortalecimento das mulheres desenvolvida pelo Escritório Regional da ONU Mulheres para as Américas e do Caribe. A Sra. Aguirrezabal começou levantando uma questão que estava sendo analisada na reunião: **Por que precisamos de mulheres na política?** Ela afirmou que, em primeiro lugar, a representação quantitativa e qualitativa das mulheres na política sinaliza justiça e legitimidade democrática. Em segundo lugar, ela garante que mais perspectivas sejam incluídas na tomada de decisões, resultando em melhores políticas públicas. Em terceiro lugar, tem um efeito multiplicador em que mulheres líderes acabam por inspirar outras mulheres a seguir o seu caminho.

> "O fortalecimento político das mulheres e a igualdade de participação na tomada de decisões políticas ao lado dos homens, em todos os níveis de governo, contribui para a boa governação e a realização do desenvolvimento sustentável. Além disso, é um requisito para avançar em direção à democracia real, que é eficaz e inclusiva.
>
> - IRUNE AGUIRREZABAL

NAS PALAVRAS DOS DELEGADOS

> "Aprendi sobre as formas de assédio e violência política que pensei já não ocorrer com tanta frequência em 2015. A revisão da lei da Bolívia foi útil para mim, eu entendo melhor suas implicações e que me permite melhor pensar nestes tópicos a combater [o problema].
>
> - LAURA TUÑON (ARGENTINA)

O bom e o ruim

A Sra. Aguirrezabal compartilhou dados regionais incentivadores: 26,3%, a percentagem de mulheres nos parlamentos nacionais, é maior do que a média global de 22%, e a região da América Latina e do Caribe possui o maior percentual de mulheres ministras, mais além dos países nórdicos. Além disso, existem cinco mulheres chefes de estado e quatro mulheres presidentas de câmaras legislativas. Este relativo sucesso da região em aumentar a participação política das mulheres, conforme explicado pela Sra. Aguirrezabal, pode ser atribuído a movimentos feministas e redes políticas (por exemplo, convenções multipartidárias de mulheres), conferências e acordos internacionais (por exemplo, CEDAW e Belém do Pará) e políticas de ação afirmativa (particularmente cotas de gênero).

NAS PALAVRAS DOS DELEGADOS

"Muitas vezes, nós mulheres não sabemos como reconhecê-lo. Ou somos produtos da sociedade que têm sido criados, e nos tornamos acostumados a vê-lo e não dizer nada, de ser cúmplice no silêncio até que chegamos a pensar que é normal. Felizmente, hoje o problema torna-se visível e ... levamos a luta que nos une adiante. Esperemos que em breve chegará o dia em que essa luta vai deixar de existir, porque o problema não existirá mais.

- VERÓNICA RODRÍGUEZ (EQUADOR)

Apesar destes avanços, a maioria das legislaturas estão longe de alcançar a paridade. Além disso, o progresso é desigual dentro dos países, com algumas das mais claras desigualdades na participação política ocorrendo em municípios. A Sra. Aguirrezabal apontou que, enquanto as mulheres são líderes altamente visíveis e influentes em suas comunidades, porém ainda enfrentam certa dificuldade na transição da política informal para a política formal. Os obstáculos à participação das mulheres na política variam e devem ser considerados dentro de cada contexto histórico, socioeconômico, político e cultural; Contudo, há certos fatores estruturais que transcendem as fronteiras:

- Os estereótipos sexistas que reforçam a vida política/pública como masculina
- A falta de uma distribuição equitativa do cuidado e trabalho doméstico entre homens e mulheres
- Atitudes "clube dos homens" nos partidos políticos
- Acesso limitado a redes de apoio sensíveis ao gênero
- Níveis mais baixos de autoconfiança e pouca experiência em administração pública (reais ou percebidas, devido às normas e expectativas sociais)
- Assédio e violência política

Uma teoria para a mudança: Rumo a democracia paritária

A visão da ONU Mulheres de uma nova ordem social tem como premissa a **democracia paritária**. Os objetivos da democracia paritária são: 1) promover uma representação paritária (através de ação afirmativa), 2) integrar o gênero nas políticas, ações e instituições, 3) fortalecer a liderança das mulheres,

4) promover a igualdade substantiva nos partidos políticos, e 5) lutar contra a discriminação, estereótipos de gênero e violência política.

Em sua exposiçãosobre a violência política, a Sra. Aguirrezabal observou que alguns estudos indicam que o fenômeno pode de fato estar piorando em correlação com o sucesso das cotas de gênero. Embora a teoria não tenha sido comprovada de forma inequívoca, ela observou que os assentos parlamentares ocupados por mulheres hoje, não estavam vazios; estes costumavam ser ocupadas por homens, que podem estar reagindo de forma agressiva contra a perda de poder político e controle. Se o assédio está, de fato aumentando na região, ou se é relatado com maior frequência como um resultado de campanhas de sensibilização - agora é a hora de colocar um fim a isso. Se não podemos extinguir o assédio político, aconselhou, a legislação sobre cotas de gênero ou representação paritária é de pouco valor.

> "A fim de combater a violência política e assédio contra as mulheres, a legislação é importante, mas insuficiente. Ainda faltam mais medidas, vontade política para aplicá-las, bem como recursos e sanções.
>
> - IRUNE AGUIRREZABAL

Concluindo, a Sra. Aguirrezabal ressaltou que o conceito de democracia paritária se estende para além da política. Ela exige uma transformação das relações de gênero com base na igualdade substantiva e partilha de responsabilidades na vida pública e privada. Em um nível político, o seu cumprimento exigirá, uma visão global a longo prazo e as sinergias estratégicas.

Para saber mais, consulte Fortalecimento Político da Mulher: Quadro de Ação Estratégico na América Latina e no Caribe (2014-2017. da ONU Mulheres(Ver p 64-65 para mais informações sobre o assédio político).

"[O Consenso de Quito reconhece que] a paridade é uma das forças motrizes da democracia, cujo seu objetivo é alcançar a igualdade no exercício do poder, na tomada de decisões, nos mecanismos de participação social e política e de representação, em diversos tipos de relações familiares e nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, e que constitui uma meta à erradicação da exclusão estrutural das mulheres".

10ª SESSÃO DA CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, CEPAL, 2007

Fixando os debates: Um intercâmbio com grupos mulheres de locais

Em seguida, os delegados ouviram membros da sociedade civil e tiveram uma melhor compreensão de como as questões em debate impactam a vida das mulheres em Santiago del Estero. Em um painel de discussão moderado pela Sra. Aguirrezabal, representantes de organizações de mulheres de áreas rurais e urbanas compartilharam seus conhecimentos sobre a situação das mulheres locais.

A presidente da Associación de Fomento de Villa Robles, Dora Corvalán, falou primeiro dos desafios enfrentados por campesinas. O trabalho da associação com fóruns agrícolas revelou que os papéis de gênero tradicionais e responsabilidades familiares dificultam a participação de camponesas na tomada de decisão pública, especialmente em comunidades remotas onde muitas mulheres lutam para negociar o trabalho doméstico com seus maridos. Na visão de Sra. Corvalán, as autoridades poderiam ajudar a melhorar esta situação, promovendo oportunidades para as mulheres avançarem economicamente e conquistarem empregos dignos. Além disso, ela acreditava que os meios de comunicação devem ser regulados para evitar reforçar estereótipos pejorativos sobre os papéis e responsabilidades das mulheres.

Cecilia Sampaolesi, presidente da organização Liberar, concordou com a Sra. Corvalán e deu exemplos de dificuldades semelhantes nos bairros urbanos de Ciudad La Banda. A Sra. Sampaolesise sente incentivada pela legislação progressiva da província contra a violência de gênero e pela documentação mais metódica da violência contra as mulheres nos últimos anos. Os próximos passos para as autoridades estaduais, em sua opinião, seriam o cumprimento dos planos de ação e garantir que as mulheres que optam por denunciar a violência sejam acompanhadas

durante todo o processo legal. Por fim, ela pediu o apoio financeiro sustentável para as organizações que trabalham diretamente com as mulheres para promover seu bem-estar na vida pública e privada.

"Em nossas conversas, há sempre alguns homens e eles falam com orgulho de como eles ajudam nas tarefas domésticas, e como tudo mudou, e que as mulheres podem trabalhar [fora de casa]..., mas a palavra 'ajuda' diz tudo: não há nenhum senso de responsabilidade compartilhada.

- CECILIA SAMPAOLESI

No diálogo que se seguiu, os deputados manifestaram estar de acordo com os congressistas e afirmaram que as leis devem ser "socializadas" - ou amplamente

acessíveis e compreensíveis ao público em geral - para ter sucesso na capacitação das mulheres e dissuasão da violência de gênero. Os delegados também priorizaram medidas legislativas para promover o respeito e a igualdade nos currículos da escola primária, e compartilharam suas preocupações em relação a como os meios de comunicação retratam as mulheres.

NAS PALAVRAS DOS DELEGADOS

"Está claro para mim que temos que concientizar de maneira mais ampla em todos os setores da sociedade ... Embora tenhamos feito um bom progresso no meu país, há muito o que fazer antes do dia da participação das mulheres ser visto como verdadeiramente natural, e os homens não resistirem a essa participação ... [Este é] um tema muito importante e mais trabalho precisa ser feito acerca dele.

- JUAN MANUEL FÓCIL PÉREZ (MÉXICO)

Prevenir o assédio político: perspectivas parlamentares

Em seguida, quatro delegadas e um delegado participaram de outra sessão, em painel dinâmico moderado pela **facilitadora do encontro Keila González**. O painel contou com legisladores e ex-legisladores conhecidos por suas fortes posições contra a violência de gênero e assédio político: **Ligia Fallas Rodríguez**, membro da Assembleia Legislativa da Costa Rica; **Diego Vintimilla**, Membro da Assembleia Nacional do Equador; **Sheila Copps**, Ex Vice-Primeira Ministra do Canadá; **Sandra Generoso**, juiza do Tribunal de Apelações e ex-deputada provincial de Santiago del Estero, Argentina; e **Margarita Flores**, senadora do México. Os participantes do painel iniciaram a conversa com uma reflexão sobre o problema e por que eles estão tão dedicados em erradicá-la.

Antecedentes sobre as lutas para superar o assédio político

Para começar, a Sra. Fallas recordou a resistência que encontrou quando ela quis se unir à diretiva nacional do movimento sindical no qual havia participado por muito tempo na Costa Rica. Mesmo depois de garantir um alto cargo no conselho, seus colegas do sexo masculino a tratavam de maneira diferente, e esperavam, includive, que ela lhes fizesse o café. Este tipo de minimização de sua liderança continuou mesmo quando ela chegou à assembleia legislativa, ela disse, em que as mulheres não são nem vistas nem tratadas como iguais.

Em seguida, o Sr. Vintimilla disse que acabar com a perseguição política é importante porque a democracia é simplesmente inviável sem as mulheres. Ele sonha com uma democracia profunda e justa em que todos valorizem intrinsecamente a participação das mulheres, e se oponham a um foco excluísta da representação, ao a tudo que faça surgir o risco de que mulheres sejam vistas apenas como tapa-buracos ou enfeites. Ele observou que uma das inúmeras contribuições trazidas pela liderança feminina são as novas formas de fazer política.

> "Saudações a todas. Geralmente quando as mulheres são a maioria – da mesma forma que quando os homens são a maioria - dizemos "todos" assumido que estamos nos referindo a "todas" – mas vamos falar de todos como "todas" para ver como este exercício ajuda a gerar novas formas de linguagem.
>
> - DIEGO VINTIMILLA

Em seu discurso, a Sra. Copps enfatizou que a desigualdade de gênero e assédio eram questões relacionadas com a negociação de poder político. O pequeno grupo no topo da pirâmide, ela disse, é composto de homens de origens urbanas, principalmente brancos/europeus, provenientes de

classes privilégiadas; os grupos que deteem o poder tentam dividir as minorias, porque entendem que o poder coletivo tem o potencial de acabar com o sexismo, o racismo, o classismo, e todos os outros "ismos". "Ninguém vai lhe dar o poder. Você toma o poder", a Sra. Copps afirmou, "porque as pessoas que têm poder sobre os meios de comunicação, o poder sobre a educação, e poder polítioco, não querem abrir mão dele".

Como todos os membros mulheres do painel, Sra. Generoso relatou que foi alvo frequente de assédio enquanto servia como legisladora. Os meios de comunicação omitiam suas ideias e a qualidade ou quantidade dos seus projetos legislativos, focando apenas em especulações sobre sua vida sexual. De uma maneira similar, a mídia tem abordado de maneira obsessiva a saúde mental da Presidente

NAS PALAVRAS DOS DELEGADOS

> "Eu tenho sido capaz de ouvir testemunhos de tantas mulheres que viveram violência na política, e isso me fez perceber que o problema não está apenas nos países ou nações subdesenvolvidas, mas no mundo inteiro.
>
> - HUGH BUCHANAN (JAMAICA)

Cristina Kirchner, a tratando como "louca" em termos altamente baseados na questão de gênero. A Sra. Generoso não se surpreende esses tipo de pressão destinada a sabotar as mulheres, uma vez que elas vêm da mesma raiz patriarcal.

Os relatos dos demais conferencistas também ilustraram a frequência e a gravidade da violência política e da forma como são rotineiramente ignoradas. Senadora Flores compartilhou um exemplo de seu país, onde a crítica pública ao partidos se baseou no gênero. Durante um processo de reforma recente, os manifestantes apontaram certos legisladores individualmente, chamando os homens de "traidores" e "ladrões", enquanto os insultos lançados em mulheres foram baseados no sexo ou sexualidade. "Você é uma figura pública, uma minoria no mundo de homens", disse à Sra. Copps, que no início de sua carreira era a única mulher eleita em seu partido. "No parlamento já fui chamada de vagabunda. Já me fui chamaram de 'querida'. Já fui chamada de prostituta. Eles fazem isso para te derrubar. Mas não fiquem por baixo, porque vocês são as pessoas que vão fazer as mudanças com a tomada do poder".

Conscientização e coordenação dentro e fora do parlamento

Um dos obstáculos predominantes para lidar com a violência política baseada no gênero, de acordo com Sra. Fallas, é que, em geral, colegas parlamentares

não compreendem nem reconhecem o problema. Ela descreveu como um colega do sexo masculino a assediou em uma reunião de comissão que ele nem sequer pertencia. Ele continuou a assediá-la, até que ela apresentou uma queixa formal. Este parlamentar confrontou-a, incrédulo, e fez comentários que sugeriam que apenas tentativas de estupro poderia ser considerado assédio. Ela apontou o absurdo de tal pensamento, e que o assédio verbal de caráter sexual, com o qual ela tinha sido alvo, nunca teria sido dirigido, por exemplo, ao homem que preside a assembleia. Sra. Fallas disse que precisamos desesperadamente de uma consciência mais ampla nos parlamentos e na sociedade em geral.

De sua experiência anterior como diretora do Sistema Nacional de Desenvolvimento Integral da Família (conhecido como DIF) no estado de Nayarit, a senadora Flores lembrou que aproximadamente 90% das mulheres que apresentam denúncias de violência acabam retirando sua queixa. A questão da segurança da vítima é, portanto, também de suma importância. Ela disse que a Lei Geral de Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência do México, tem orientado os esforços de seu país para coordenar com outros setores por respostas globais. Hoje, por exemplo, existem centros de serviços para apoiar as mulheres durante o processo de elaboração de queixas.

A Sra. Generoso aprofundou sobre a necessidade crucial de integrar a igualdade de gênero nas leis institucionais. Ela mencionou que a Lei 26,485 é considerada progressiva, e que criminaliza vários tipos de violência (como "violência simbólica"); sanções administrativas também foram estabelecidas, por exemplo, para casos em que não há resposta rápida às vítimas. Como ela observou, no entanto, "Igualdade não pode ser construída apenas com leis, infelizmente. " Sra. Generoso recomenda maior investimento na formação da perspectiva de gênero na força policial, onde os relatos de violência são recebidos, e dentro do ramo judicial, onde as leis são cumpridas. Afinal, as pessoas não nascem "machistas" - é aprendido, e, portanto, possível desaprender.

NAS PALAVRAS DOS DELEGADOS

"Apesar dos grandes obstáculos enfrentados no dia a dia, como parlamentares de diversas câmaras na América Latina, não vamos desistir da luta por uma sociedade justa e igualitária. É interessante saber das abordagens distintas e de ter envolvimento refletindo visões ideológicas muito opostas. Nós reconhecemos que este é um problema estrutural e que vem da mesma raiz do problema.

- LIGIA FALLAS (COSTA RICA)

> "Podemos ter as melhores leis do mundo, mas se não trabalharmos a perspectiva de gênero entre as autoridades policiais responsáveis e judiciais, nada mudará.
>
> - SANDRA GENEROSO

O Sr. Vintimilla acrescentou que abraçando o feminismo como libertação poderia definir as bases para desmantelar o patriarcado e construir um mundo melhor, livre, também a partir de padrões de colonialismo. Ele também ilustrou as conexões existentes entre violência patriarcal e o modelo econômico global. A Sra. Copps concordou, mas ressaltou as complicações de lutar na esfera econômicas em nosso atual mundo globalizado, onde os organismos internacionais podem tomar decisões que impactam a vida das populações mais vulneráveis, ignorando às legislaturas nacionais.

A influência dos meios de comunicação foi outra das complexidades debatidas pelos membros do painel. Houve um acordo generalizado sobre o fato de que a mídia tradicional e social podem ser simultaneamente terreno fértil para a violência política e também uma plataforma ideal para denunciar e remodelar as visões discriminatórias da sociedade. A Sra. Copps recomendou abandonar a lutasobre a representação dentro dos círculos feministas e levar a questão diretamente aos ministérios responsáveis peos meios de comunicação. Como exemplo, ela descreveu uma impactante política canadense desenvolvida na década de 1990 que exige que estações de televisão detalhem os planos de longo prazo em matéria de inclusão nas produção e programação de estúdio, como condição de renovar a sua licença de radiodifusão. Ela propôs que algo semelhante poderia ser feito em outros países para garantir representações mais positivas e realistas de mulheres, povos indígenas e minorias.

Solidariedade suprapartidária entre mulheres no parlamento

Outro tema recorrente foi a solidariedade entre as mulheres de se opor a partidos políticos que colocam de lado as diferenças ideológicas para tomar medidas conjuntas contra a discriminação de gênero. A Sra. Fallas, recentemente, uniu esforços com uma colega para resolver o problema da perseguição política, apesar de que, como ela explicou, "Eu sou da esquerda política – e o meu partido é o mais extrema esquerdo. E minha colega aqui, é do movimento libertário de extrema-direita".

> "O patriarcado da direita é o mesmo patriarcado da esquerda.
>
> - LIGIA FALLAS

A senadora Flores acrescentou que há um estereótipo negativo de que as mulheres não apoiam a liderança política de outras mulheres. "Ouvi dizer que as mulheres não votam nas mulheres. Isso é um mito", ela comentou, citando os resultados das recentes eleições legislativas no México.

> "As mulheres realmente apoiam outras mulheres.
>
> - MARGARITA FLORES

> "[Isto é] não para desrespeitar os homens que apoiam as mulheres, mas eu acho que nós, mulheres gastamos muito tempo aplaudindo os homens que apoiam as mulheres. Em contra partida, não passamos tempo suficiente aplaudindo mulheres que apoiam mulheres.
>
> - SHEILA COPPS

Os membros do painel consideraram essencial coordenar esforços com outras instituições, movimentos e organizações. Sra. Copps explicou que no Canadá, a organização *Equal Voice* serve como uma plataforma multipartidária para defender a eleição de mais mulheres em todos os níveis da administração pública. Seu conselho consultivo inclui várias mulheres ex-parlamentares. Como ela declarou: "É mais fácil ser mais agressiva contra os partidos políticos quando você não está mais ativo".

Para compartilhar um exemplo local de mobilização, Sra. Generoso falou do **Ni Una Menos** ("Nem uma a menos") movimento que surgiu recentemente para chamar a atenção para as altas taxas de feminicídio e outras formas de violência de gênero em toda a Argentina. A chamada está vindo de baixo, ela disse, e está repercutindo em importantes espaços de articulação entre a sociedade civil e os partidos políticos. Sr. Vintimilla falou de um outro movimento influente, *HeForShe*, que envolve homens a pôr fim à desigualdade de gênero. Esta campanha da ONU é uma oportunidade para os legisladores demonstrar ao eleitorado um compromisso a longo prazo, sério de cumprir as exigências de igualdade na vida cotidiana, e não no contexto da divulgação ao eleitor, disse ele.

À luz da dificuldade de obter questões de gênero na agenda legislativa, Sra. Fallas considerou os incentivos que podem impulsionar mais medidas para acabar com a violência contra as mulheres na política e em todas as esferas da vida. Ela sugeriu que uma estratégia seria a de estender o reconhecimento uma vez por ano para o melhor trabalho realizado em câmaras legislativas. Enquanto não há uma receita única para o sucesso, Sra. Fallas era da opinião de que o foco na prevenção ao invés de sanções era vital. Sra. Copps também mencionou a influência positiva das pioneiras políticas. "Nós precisamos ser líderes modelos para as nossas jovens mulheres", disse ela.

Senadora Flores ecoou estes sentimentos, e disse que mulheres parlamentares devem abrir caminho para outras mulheres para se unir a seus partidos e devem reconhecer aqueles que nos ajudaram a chegar onde estamos. Cada uma de nós tem histórias para contar, ela disse, de desafios superados. Isto poderia inspirar e gerar mais oportunidades entre a geração mais jovem.

Discussão plenária

Na sessão de perguntas e respostas que se seguiu, os membros do painel e outros delegados trocaram pontos de vista sobre os temas abordados. Vários delegados aproveitaram a oportunidade para expor na presença de seus pares os casos concretos de assédio em andamento contra eles em espaços online e off-line. Outros levantaram a importância do ParlAmericas como um fórum independente onde as mulheres parlamentares poderiam falar contra casos de assédio[2], uma vez que seus partidos e câmaras legislativas nem sempre são convidativos espaços para fazê-lo. Investigando os próximos passos e soluções, a prioridade foi colocada em campanhas de sensibilização orientadas à prevenção e educação primária que promova o respeito e relações igualitárias. Discussões frequentemente referenciaram a mídia e partidos políticos como espaços fundamentais para desafiar a própria discriminação que historicamente tem sido reproduzida lá.

Desenvolvimento de soluções: sessão de grupo de trabalho

Seguindo o painel, os delegados participaram de rodadas de discussão divididos em grupos de trabalho, com cada um dos grupos focados em uma das cinco linhas de atividade apresentadas no Plano de Ação do encontro. Eles deliberaram as atividades concretas que possam contribuir para a implementação das práticas promissoras identificadas, os obstáculos à implementação destas atividades e as alianças necessárias para fazer progresso a longo prazo. Um porta-voz de cada grupo de trabalho relatou na sessão plenária sobre as opiniões compartilhadas, os principais pontos recorrentes e as conclusões alcançadas.

Durante estas discussões em grupos de trabalho multinacionais, os delegados adquiriram conhecimentos sobre experiências vastamente diferentes com o enfrentamento da violência política de gênero - se ela estava sendo tratada no âmbito do Poder Legislativo em tudo.

"Em meu país, o assédio sexual em local de trabalho é criminalizado no Código Penal, mas não especificamente a violência política. A questão não é abordada a nível institucional, embora organizações feministas estejam se manifestando contra a violência política..."

"Nós já aprovamos leis que sancionam e programas de políticas públicas que estão sendo executados para aumentar a consciência... "

"Isso ocorre com frequência, mas raramente é falado... "

"Na minha opinião, este problema é em grande parte desconhecido, embora não signifique que não há nenhuma batalha relevante em curso..."

"Em meu país ... a quota de gênero foi recentemente aplicada, por isso há pouca sensibilidade em relação a este assunto... "

As discussões giraram em torno, portanto, do intercâmbio de práticas e lições legislativas diferentes de ambas, as lutas contínuas e realizações concretas. Apesar de suas realidades nacionais heterogêneas, os delegados eram apaixonados por usar suas posições de influência para amplificar as vozes das mulheres e de outros grupos marginalizados politicamente, que tinham sido sua motivação comum para entrar na política.

2 ParlAmericas está atualmente desenvolvendo um mapa interativo com os testemunhos em vídeo de parlamentares de toda a região, compartilhando suas experiências com a violência política e trabalho destinado a erradicar a ele. No encontro, os participantes filmaram entrevistas que serão incluídas no mapa.

Compromissos: acabar com a violência política e fortalecer a rede ParlAmericas para a igualdade de gênero

Os delegados, em seguida, desenvolveram compromissos de trabalho individuais e coletivos a serem realizados em conformidade com o Plano de Ação. Eles os colocaram publicamente para que todos pudessem tomar nota dos compromissos uns dos outros e oferecer apoio aos seus colegas.[3]

3 No momento da publicação de um número de delegados já cumpriram seus compromissos. ParlAmericas continuará a acompanhar a evolução dessas atividades, em colaboração com os parlamentos membros.

"Eu me comprometo a levar o debate adiante e incorporar o crime de violência política em nossa lei eleitoral".

"Eu me comprometo a abordar este tema entre os meus colegas do sexo masculino."

"Eu me comprometo a promover e formar mulheres sobre seus direitos políticos e sociais, e também aumentar a conscientização sobre a defesa desses direitos".

"Eu me comprometo a patrocinar uma reforma à lei abrangente especial para uma vida livre de violência e incluir a violência política nos tipos de violência".

"Eu me comprometo a organizar fóruns para trazer à luz o que o assédio político/violência é, e denunciá-la publicamente por meio de uma campanha de mídia social".

"Eu me comprometo a circular a informações sobre as leis que passaram e partilhar como estamos a elevando a conscientização sobre o que está em debate."

"Eu me comprometo a participar em qualquer campanha ParlAmericas sobre a violência política em qualquer país, compartilhando meu testemunho".

"Eu me comprometo a apoiar ParlAmericas na compilação de entrada, estatísticas e melhores práticas na minha cidade ou país".

"Eu me comprometo com a divulgação do Plano de Ação do grupo e práticas promissoras no meu parlamento, e também as divulgas através de entrevistas com a mídia."

Promessa de compromisso com o movimento *HeForShe* da ONU Mulheres

Antes da conferência chegar ao fim, os homens presentes participaram de uma **cerimônia de assinatura** para participar do movimento de solidariedade da ONU Mulheres, *HeForShe*. A campanha HeForShe pela igualdade de gênero foi lançado em 2014 para envolver homens e meninos a serem defensores e agentes de mudança para a consecução da igualdade de gênero e direitos das mulheres. Ele incentiva os homens a falar e tomar medidas contra as injustiças enfrentadas pelas mulheres e meninas, e para desafiar os estereótipos de gênero. A cerimônia foi conduzida pela Sra. Aguirrezabal da ONU Mulheres, que falou sobre o impacto do movimento na região das Américas e como legisladores estão numa posição ideal para mobilizar a campanha em seus parlamentos e comunidades.

Como representante da *HeForShe* no Equador e no seu conjunto, o Sr. Vintimilla também compartilhou algumas reflexões na ocasião da cerimônia. Ao longo de seu discurso, ele citou um número de mulheres ativistas, acadêmicos e filósofos; ele o fez, ele mencionou, para assumir que os homens não eram ou são os únicos líderes grandes. Reconhecendo realizações invisibilizadas das mulheres fazem parte do mandato da campanha, explicou. O trabalho que tem sido feito de baixo para cima é geralmente mais importante do que o que está sendo feito no topo.

Além disso, a discriminação de gênero não apenas

vitimiza mulheres. Ela restringe a liberdade de todos os gêneros, e impede o desenvolvimento de nossas sociedades inteiras. "O opressor não seria tão poderoso se ele não tivesse cúmplices entre os oprimidos. E eu não estou me referindo a mulheres. Refiro-me aos homens", observou Sr. Vintimilla.

"Muitas vezes nos é dito, até mesmo nossas mães nos dizem: as próprias mulheres promovem o sexismo. E eu acho que tem uma conotação tão agressiva.... Acho que a possibilidade de que há homens que se dizem feministas pode ser um começo, um pequeno primeiro passo para a equidade.

- DIEGO VINTIMILLA

Ele concluiu, invocando o poder que os indivíduos possuem de se unirem para formar uma consciência coletiva maior para definir a fundação do mundo, todos nós merecemos viver. Seu compromisso pessoal para com a campanha pode ser resumido da inspiração tirada de embaixador mundial do movimento Emma Watson, que pediu durante o lançamento da campanha, **"Se não eu, quem? Se não agora, quando?"**

Saiba mais e una-se ao movimento em:
www.heforshe.org

O COMPROMISSO HEFORSHE:

"Sou um dos milhares de milhões de homens que acreditam que a igualdade para as mulheres é um direito humano básico que beneficia a todos nós e eu me comprometo a adotar medidas contra a discriminação de gênero e todas as formas de violência, a fim de construir um mundo mais justo e igualitário".

Encerramento

Deu-se encerramento ao encontro com as observações da senadora Guerra, que apresentou os resultados do encontro. A Sra. Nogueira também compartilhou considerações finais em nome do Comitê Executivo do Grupo de Mulheres Parlamentares; e como anfitriã do encontro, a Sra. Ruiz concluiu o programa oficial.

"Concordamos sobre a necessidade urgente de chamar a atenção à este tema e legislar para tipificar o assédio político como delito, seja através de uma nova lei, como no caso da Bolívia, ou através de uma alteração das seções de leis existentes ... Chegamos ao acordo sobre a importância de envolver os meios de comunicação, a fim de alterar os comportamentos sociais que cultivam o assédio político e estereótipos, [e] garantimos o compromisso de parlamentares de todos os países presentes para apoiar o nosso Plano de Ação e levá-lo a seus respectivos parlamentos.

- MARCELA GUERRA

"O trabalho realizado nos permite avançar para o grande desafio de eliminar completamente essa forma de violência contra as mulheres... que, de um modo especial, nós muheres experimentamos em maior ou menor grau, ao nos dedicarmos à política e à esfera de tomada de decisão. Na maioria dos casos, estas são as posições que temos alcançado através de esforços adicionais, porque, de alguma maneira invadimos o território dominantemente masculino, forçando-nos a negociar inúmeros obstáculos e fatores que complicam os nossos deveres profissionais e familiares.... Devemos levantar nossas vozes contra aqueles que violam os direitos das mulheres em todos os espaços.

- CLAUDIA NOGUEIRA

"Gostaria de passar a vocês minha visão para o que se seguirá a partir deste encontro. Seremos as vozes em nossos parlamentos chamando para uma vida livre do assédio político, no local de trabalho, sexual ou hierárquico. Uma vida livre de assédio de qualquer tipo em que a violência é substituída pelo respeito fundamental para a singularidade de cada ser. Nossas vozes representam uma oportunidade maravilhosa que nos deu a vida para refletir a mente, coração e espírito.

- AÍDA RUIZ

NAS PALAVRAS DOS DELEGADOS

"Eu pude aprender sobre os progressos em outros países, e ... fazer conhecer o trabalho que estamos realizando na Assembleia Equatoriana, um marco que certamente mudará a história de nosso país. Ainda há muito a ser feito; temos que permanecer unidos. É algo que passamos todo o tempo e os exemplos que foram compartilhados permitiram uma melhor vizualizaçãodo problema.

- MARY VERDUGA (EQUADOR)

"Foi importante conhecer situações reais de perseguição política e violência de gênero a partir de colegas de outros países, onde estes problemas são sentidos. Também examinamos a legislação aplicável e os progressos em matéria de violência contra as mulheres em outros parlamentos ... Todas as experiências nos permitem trabalhar sobre esta questão de uma forma mais empenhada e eficaz.

- MIRIAM GALLARDO (ARGENTINA)

"Havia coisas que eu não não considerava como assédio antes, mas agora está mais claro para mim.

- MANUEL HUMBERTO JUÁREZ (ARGENTINA)

"É uma questão que alguns de nós têm abordado. Agora, depois de este fórum eu tenho uma maior compreensão e tornei-me mais comprometido a lidar com ele. Acredito que é uma questão certa para estar na agenda dos nossos Estados.

- BAIRON PINARGOTE (EQUADOR)

Se você estiver interessado em participar de atividades futuras do ParlAmericas na prevenção do assédio político ou, participar de outras reuniões do ParlAmericas, entre em contato com a nossa Secretaria Internacional.

Anexos

Plano de Ação para prevenção do assédio político e violência contra as mulheres

1 Aplicar abordagens multissetoriais para a prevenção do assédio político/violência baseada no gênero

Práticas promissoras:

a) Apoiar as campanhas de sensibilização para visibilizar o assédio contra as mulheres na política, para fazer todas as formas de violência de gênero (e da ameaça de violência) socialmente inaceitáveis, e apoiar a alfabetização jurídica nas áreas de direitos civis e políticos.

b) Promover a educação e intervenções precoces com base nos direitos a capacitar meninas e garantir o seu desenvolvimento económico, social e político.

c) Estabelecer sanções eficazes - quando apropriado - que sejam dissuasivas, exequíveis, e proporcionais à infração cometida.

d) Adotar medidas coordenadas nos setores da Justiça e da Saúde para garantir respostas imediatas às queixas e à proteção das vítimas e suas famílias.

e) Financiar programas de igualdade de gênero e priorizar considerações, tais como a evidência empírica, o conhecimento da comunidade, e a plena participação das mulheres na concepção, implementação e avaliação de programas.

2 Envolver os homens no fortalecimento das mulheres na política em todos os níveis

Práticas promissoras:

a) Promover a responsabilidade dos homens para defender a igualdade de gênero e combater todas as formas de violência, incluindo o assédio político.

b) Procurar um especialista de organizações da sociedade civil que tiveram importantes conquistas através de campanhas lideradas por homens que ensinam a homens a tomar uma posição contra a violência de gênero.

c) Usar plataformas públicas para exigir a não-violência em ambas as esferas públicas e privadas, bem como a distribuição equitativa das responsabilidades domésticas e de cuidado.

d) Incentivar a legisladores homens e mulheres a apoiar a participação das mulheres na política por orientação e compartilhar o acesso aos espaços de tomada de decisão, e em falar contra o assédio político/violência através da mídia e de outras plataformas públicas.

e) Envolver colegas do sexo masculino no movimento *HeForShe* da ONU Mulheres.

3 Fazer os partidos políticos responsáveis pela igualdade de gênero

Práticas promissoras:

a) Prover financiamento, capacitação e oportunidades de desenvolvimento profissional para as mulheres - se os candidatos ou já sejam titulares de cargos públicos - ajudar a superar as barreiras enfrentadas ao entrar ou buscar posições de liderança sênior em partidos.

b) Realizar uma revisão abrangente das políticas internas e assegurar que um protocolo formalizado e mecanismo de execução existam para responder aos casos de violações de cotas de gênero e violência cometidos dentro do recinto parlamentar ou por parlamentares do sexo masculino.

c) Fortalecer a solidariedade suprapartidária e a colaboração através da participação em comissões relevantes, comissões ou bancadas que constroem continuidade no trabalho legislativo de apoio à participação política das mulheres.

d) Certificar-se de que a informação sobre as políticas do partido seja clara, acessível e comunicadas utilizando linguagem inclusiva.

e) Fazer partidos políticos e parlamentos locais de trabalho familiares através da prestação de serviços, tais como creches no local e da institucionalização de políticas, tais como horários de trabalho flexíveis e pagamento da licença parental.

4 Criar um ambiente favorável que permita levantar a questão do assédio político/violência ao debate público e parlamentar

Práticas promissoras:

a) Trabalhar junto a defensores da sociedade civil para melhorar a compreensão do espectro da violência afetando a vida das mulheres.

b) Propor ou invocar os planos nacionais sobre a violência contra a mulher para abrir espaços para o diálogo político.

c) Utilizar a mídia para denunciar o assédio político/violência baseada no gênero e tirar a atenção de características pessoais das mulheres dos políticos em favor de suas contribuições para questões políticas.

d) Incluir no discurso público a frequência e a gravidade de perseguição política/violência contra as mulheres em áreas rurais e em contextos subnacionais.

e) Colaborar com as partes internacionais e regionais interessadas, através de fóruns, como o Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), a promover a necessária vontade política para combater o assédio político/violência e garantir que seja levado em conta a reunião de informações das atividades de monitoramento e avaliação das Américas.

5 Apresentar políticas, projetos de lei ou reformas sobre o assédio político/violência e, uma vez aprovados, assegurar o cumprimento pelas instituições correspondentes

Práticas promissoras:

a) Elaborar convenções internacionais e regionais ratificadas sobre direitos das mulheres para apoiar movimentos de criminalizar todas as formas de violência de gênero (por exemplo, CEDAW, Convenção de Belém do Pará).

b) Participar de redes regionais e com as organizações que trabalham na esta questão do ponto de vista legislativo, com um olho para ferramentas como a lei quadro (ley marco) atualmente a ser desenvolvido pela Comissão Interamericana de Mulheres (CIM).

c) Abrir uma combinação de avenidas civis, penais, administrativos e eleitorais para receber, investigar e responder às queixas de assédio político/violência, como apropriado no contexto local (por exemplo, através de um escritório de ouvidoria ou similar).

d) Priorizar a facilidade e segurança de informação e a clareza de processos para os sobreviventes que optam por apresentar queixas formais.

e) Apoiar as iniciativas de treinamento de sensibilidade de gênero em andamento, em particular para os prestadores de serviços responsáveis pelo tratamento de casos de assédio político/violência e apoiar as sobreviventes.

Plano Estratégico do Grupo de Mulheres Parlamentares, 2014-2015

Este plano estratégico desenvolvido pela Secretaria Internacional do ParlAmericas responde ao comentário do Encontro do Grupo de Mulheres Parlamentares de 2014. Ele vai orientar a direção de captação de recursos e programação ao longo dos próximos 12 meses.

Áreas Temáticas de Ação

- Prevenção da violência contra as mulheres
- Fortalecimento laboral e econômico da Mulher
- Liderança política feminina

Metas

- Manter uma linha de comunicação entre os parlamentares nacionais das Américas sobre questões de igualdade de gênero que dizem respeito às questões acima.
- Facilitar a aquisição de conhecimento especializado e habilidades práticas para as mulheres e homens parlamentares, a fim de mobilizar uma mudança positiva em favor da igualdade de gênero real. Este objetivo deverá ser alcançado por via eletrônica, bem como pessoalmente em fóruns, conferências e workshops.
- Apoiar o ativismo político das mulheres e criar oportunidades de aprendizagem para os líderes políticos futuros, além de novos e/ou jovens parlamentares.
- Reafirmar e demonstrar o compromisso com o envolvimento de homens na luta real pela igualdade de gênero e desenvolvimento social.
- Reforçar as parcerias com a sociedade civil e outras organizações que trabalhem a nível internacional pelos direitos das para as mulheres. Colaborar com os parceiros em projetos concebidos especificamente para os parlamentares.

Implementação

- Construir uma plataforma online para melhor divulgar a informação, facilitar a comunicação, e fornecer inspiração para os parlamentares em legislaturas membros que estão trabalhando em leis e políticas sensíveis ao gênero.
- Usar as posições de influência dos parlamentares para sensibilizar e ampliar os esforços para prevenir o espectro da violência contra as mulheres.
- Apoiar a independência econômica e prosperidade das mulheres defendendo oportunidades imediatas, incluindo o acesso a recursos e serviços sociais para os cuidadores.
- Procurar orientação de oportunidades para emparelhar mulheres experientes ou ex-parlamentares com os candidatos aspirantes.
- Realizar consultas sobre a melhor forma de envolver e educar os colegas do sexo masculino em igualdade de gênero e direitos das mulheres.
- Desenvolver programação regional das mulheres e os meios de comunicação, perseguição política e os sistemas de ensino que desenvolvem culturas inclusivas de respeito e de não-violência.

Participantes

ARGENTINA

Alicia Marcela Comelli, Deputada
Aída Delia Ruiz, Deputada
Claudio Novello, Assessora
Inés Beatriz Lotto, Deputada
Laura García Tuñón, ex-Deputada e atual Assessora
Manuel Humberto Juárez, Deputado
Mara Brawer, Deputada
María Alejandra Plantey, Assessora
María del Carmen Carrillo, Deputada
Miriam Graciela Gallardo, Deputada
Mirta Ameliana Pastoriza, Deputada
Nilda Mabel Carrizo, Deputada
Pablo Di Bella, Assessor
Sandra Generoso, ex-Parlamentar
Ulises Abarza, Assessor

BOLÍVIA

Ingrid Loreto Zabala Escobar, ex-Parlamentar
Mirtha Natividad Arce Camacho, Senadora

CANADA

Sheila Copps, ex-Parlamentar

CHILE

Claudia Nogueira Fernández, Deputada
Denise Pascal Allende, Deputada
Ignacio Urrutia Bonilla, Deputado
Jacqueline Peillard García, Diretora de Relações Internacionais
Maya Fernández Allende, Deputada
Sofía Jaña, Secretária Executiva da Juventude do partido político UDI

COLÔMBIA

Germán Blanco Álvarez, Representante

COSTA RICA

Carmen Quesada Santamaría, Deputada
Ligia Elena Fallas Rodríguez, Deputada

EQUADOR

Alicia Alexandra de la Torre Rojas, Coordenadora de Relações Internacionais
Bairon Leonardo Valle Pinargote, Membro da Assembleia Nacional
Betty Carrillo, Membro da Assembleia Nacional
Diego Armando Vintimilla Jarrín, Membro da Assembleia Nacional
Gina Godoy, Membro da Assembleia Nacional
Hermán Moya, Membro da Assembleia Nacional
Jimena Villavicencio, Protocolo
Marcia Cecilia Arregui Rueda, Membro da Assembleia Nacional
María Verónica Rodríguez Delgado, Membro da Assembleia Nacional
Mary Nesbith Verduga Cedeño, Membro da Assembleia Nacional
Octavio Xavier Enrique Villacréses Peña, Membro da Assembleia Nacional
Rocío del Carmen Valarezo Ordoñez, Membro da Assembleia Nacional

EL SALVADOR

Silvia Estela Ostorga de Escobar, Deputada
Sonia Margarita Rodríguez Siguenza, Deputada

JAMAICA

Hugh Buchanan, Membro do Parlamento

MÉXICO

Alicia Ricalde, Deputada
Fidel Demédicis Hidalgo, Senador
Gerardo Xavier Hernández Tapia, Deputado
Javier Filiberto Guevara González, Deputado
José Enrique Sevilla Macip, Diretor Adjunto de Apoio em Relações Internacionais no *Centro de Estudio Internacionales Gilberto Bosques*
Juan Manuel Fócil Pérez, Deputado
Marcela Guerra Castillo, Senadora
Margarita Flores, Senadora
María del Rocío Pineda Gochi, Senadora
Martha Gutiérrez Manrique, Deputada (suplente)
Roberto Ruíz Moronatti, Deputado

NICARÁGUA

Martha Marina González Dávila, Deputada

PANAMÁ

Javier Ortega, Deputado

SECRETARIA INTERNACIONAL DO PARLAMERICAS

Anabella Zavagno, Gerente de Programas
Alisha Todd, Diretora Geral
Lisane Thirsk, Encarregada de Programa - Igualdade de Gênero

INSTITUTO DEMOCRÁTICO NACIONAL

Keila González, Diretora Residente no México

ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS AMÉRICAS E O CARIBE DA ONU MULHERES

Irune Aguirrezabal, Assessora Regional de Liderança e Participação Política

ParlAmericas

Parlamentários e Parlamentárias para as Américas

Secretariado Internacional do ParlAmericas
710 - 150 Wellington St.,
Ottawa, Ontario, K1P 5A4 Canada

Telefone: + 1 (613) 594-5222
Fax: + 1 (613) 594-4766

www.parlamericas.org
info@parlamericas.org